



REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH



Terça - feira, 23 de Julho de 2024 | Ano VI, n.º 57 | Presidente: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Resiliência dos Defensores de Direitos Humanos em Períodos Eleitorais: Retrospectiva da Situação dos Defensores dos Direitos Humanos durante as Eleições Autárquicas de Outubro de 2023

- A Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) realizou no dia 27 de Junho de 2024, na cidade de Maputo, o evento de apresentação do relatório preliminar sobre a situação dos Defensores de Direitos Humanos em períodos eleitorais. A ocasião serviu para fazer uma retrospectiva da situação dos Defensores de Direitos Humanos durante as eleições autárquicas de Outubro de 2023 e fortalecer a proteção e segurança dos Defensores durante os processos eleitorais, promovendo a defesa do espaço cívico e garantindo que a escolha dos cidadãos seja reflectida de forma transparente e ordeira nas urnas durante as próximas eleições gerais.



O evento contou com a presença de 27 participantes, incluindo 10 mulheres, activistas sociais, jornalistas, parceiros de cooperação, representantes de organizações da sociedade civil e o público em geral.

Durante as palavras de abertura, o Prof. Adriano Nuvunga, Presidente da RMDDH, afirmou que sem Defensores dos Direitos Humanos não há democracia, e sem democracia não há gozo das liberdades e garantias constitucionais.

O Prof. Adriano Nuvunga discutiu os desafios enfrentados pelos Defensores dos Direitos Humanos durante o período eleitoral em Moçambique. Destacou a importância de proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, especialmente durante as eleições gerais. A trágica morte de Anastácio Matavel, um Defensor dos Direitos Humanos da província de Gaza, foi mencionada como um exemplo dos riscos enfrentados pelos Defensores na sua busca por justiça e igualdade. Adicionalmente, o Prof. Nuvunga enfatizou o princípio da igualdade no direito ao voto, sublinhando que cada voto deve ser reconhecido na construção de uma sociedade democrática.

Durante a apresentação do relatório, destacou-se a importância do direito de defender os Direitos Humanos. Este direito é crucial para a implementação das convenções e tratados internacionais ratificados pelo país.

A Dra. Ivete Mafundza, ao discutir a situação dos Defensores dos Direitos Humanos, destacou questões das eleições municipais realizadas em outubro de 2023. Apontou violações dos direitos humanos relacionadas a alegações de fraude durante o registo de eleitores, a contagem de votos e o anúncio dos resultados. As eleições foram marcadas por inúmeras irregularidades, incluindo registros de eleitores duplicados, eleitores não registrados, recusa por parte dos presidentes de mesa em assinar documentos oficiais e obstruções a observadores e à imprensa que monitoravam a contagem de votos. Adicionalmente, houve relatos preocupantes de violência excessiva, como tiros, mortes e uso de gás lacrimogéneo contra Defensores em áreas onde a votação foi repetida. Estes eventos também incluíram infracções aos direitos de protesto e liberdade de imprensa.

O relatório está estruturado em duas partes principais: a primeira analisa o enquadramento legal, o direito à defesa dos direitos e o contexto das eleições autárquicas; a segunda mapeia casos específicos de violações dos direitos dos Defensores de



Prof. Adriano Nuvunga



Dra. Ivete Mafundza

Direitos Humanos. Entre os exemplos citados estão os casos de Gabriel Júnior, Gamito dos Santos e Coutinho Macanandze, além de jornalistas e activistas, cujos direitos foram infringidos. Essas violações minam a confiança dos cidadãos no processo democrático, agravando ainda mais as divisões sociais no país, frisou Ivete Mafundza.

Mirna Chitsungo, Defensora de Direitos Humanos, destacou a importância do relatório e de documentar os casos de violações de Direitos Humanos, especialmente contra os Defensores de Direitos Humanos, e congratulou a RMDDH pelo trabalho. A Defensora referiu que o relatório reflectia apenas uma parte dessas violações e enfatizou a necessidade de incluir a abordagem de género, mencionando mulheres que sofreram intimidações e detenções durante o processo eleitoral. Além disso, Mirna Chitsungo apontou a relevância de reflectir sobre essas violações à medida que se aproximam

as próximas eleições gerais. Na ocasião, Chitsungo lançou um olhar crítico às últimas eleições por envergonharem a democracia no país e ressaltou a necessidade de uma rede de apoio, como assistência psicológica, para os Defensores de Direitos Humanos, devido aos traumas recorrentes que enfrentam.

Por sua vez, André Mulungo destacou que a violação dos Direitos Humanos era uma questão frequente, que se manifesta em várias situações do dia a dia, como a falta de medicamentos nos hospitais públicos ou a entrega tardia de livros escolares. No entanto, ele enfatizou que essas violações se agravam durante o período eleitoral. Segundo Mulungo, “os órgãos eleitorais parecem instruídos a praticar atos que favorecem a declaração de um vencedor específico, observável desde o recenseamento eleitoral, que prioriza zonas de influência do partido no poder em detrimento das zonas da oposição, até o final do período eleitoral”. Mulungo disse ainda que, quando ocorrem fraudes, as pessoas tinham o direito de protestar e expressar a sua indignação, mas a resposta policial tem sido marcada por violência e detenções arbitrárias de jornalistas e observadores que actuam como Defensores de Direitos Humanos, buscando garantir um processo justo, transparente e que reflita a vontade popular. Afirmou que essa era uma estratégia política para forçar a declaração do partido Frelimo como vencedor, enfraquecendo a oposição e aqueles que têm a coragem de se levantar contra as injustiças.

Ao apresentar os seus comentários sobre o relatório preliminar referente à situação dos Defensores de Direitos Humanos, Artur Malate, advogado especializado na área, ampliou a definição desse grupo. Segundo Malate, os Defensores de Direitos Humanos não se limitam apenas aos activistas e figuras públicas reconhecidas por sua actuação, mas também englobam aqueles que dedicam as suas vidas diariamente à causa dos Direitos Humanos, mesmo sem o devido reconhecimento. Concluindo a sua apresentação, Malate ressaltou a importância da formação jurídica para os Defensores de Direitos Humanos. Ele destacou que é crucial que esses profissionais conheçam os seus direitos e deveres, e que recebam capacitação específica em observação eleitoral. Malate sublinhou a necessidade de os Defensores compreenderem não apenas os mecanismos de protecção disponíveis, mas também os direitos e obrigações fundamentais que lhes competem.

No final do evento, passou-se ao debate, onde os



Mirna Chitsungo



André Mulungo



Artur Malate

participantes mostraram-se satisfeitos com a apresentação do relatório e preocupados com a situação dos Defensores, principalmente em períodos eleitorais.





REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Almejamos um país livre e seguro para os Defensores dos Direitos Humanos, um ambiente favorável ao desenvolvimento das comunidades e ao envolvimento da juventude como potenciais Defensores dos Direitos Humanos.

We aspire to a nation where Human Rights defenders can operate freely and securely, fostering community development and empowering youth to become effective advocates for Human Rights.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH
Presidente: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: RMDDH
Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



**SUOMI
FINLAND**



Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo -Moçambique **Contacto** +258 857645056
 Email : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org [@RMDDH_Moz](https://twitter.com/RMDDH_Moz) [rmddh_moz](https://www.instagram.com/rmddh_moz)
 Facebook: [@RMDDHMoz](https://www.facebook.com/RMDDHMoz) redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **linkedIn:** [rmddh](https://www.linkedin.com/company/rmddh)